



PROCON

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

MARACANAÚ

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Número de Atendimento: 25.10.0564.001.00086-301 / 25.10.0564.001.00086-302

Reclamante: Esdras Da Silva Farias, **CNPJ/CPF:** 645.241.083-00, **Endereço:** Rua 24, nº 124 A, **Bairro:** Jereissati I, **Cidade:** Maracanaú – CE, **CEP:** 61.900-490, **Telefone:** (85) 98830-8449.

Reclamada 01: CNK Administradora De Consórcio LTDA, **CPF/CNPJ:** 62.798.475/0001-22, **Endereço:** Alameda Araguaia, nº 2044 (Conj. 901 a 914; bloco 02; 9º andar), **Bairro:** Alphaville Industrial, **Cidade:** Barueri-SP, **CEP:** 06.455-000.

Reclamada 02: Marques Promoção De Vendas LTDA (Imperial Consórcio), **CPF/CNPJ:** 38.330.839/0001-60, **Endereço:** Sático Dias, nº 384, **Bairro:** Montese, **Cidade:** Fortaleza - CE, **CEP:** 60.420-430.

Ao 1º de dezembro de 2025 às 09h45, na sala de audiência do Procon Municipal de Maracanaú, Órgão da Prefeitura Municipal de Maracanaú, perante o conciliador **Antonio José De Vasconcelos Silva**, compareceram a parte redamante acima qualificada, o preposto da empresa CNK Administradora De Consórcio LTDA, o sr. Iramar Alves Da Silva, inscrito no CPF de nº 017.756.833-03, e a advogada da empresa Marques Promoção De Vendas LTDA, a sra. Tamara Monteiro Porto Maia, inscrita na OAB/CE nº 44.756, esta última com presença virtual.

Aberta a audiência e facultada a palavra a parte reclamante, este reitera os termos da inicial deste processo administrativo, informando que desde o início de quando buscou a empresa Imperial Consórcio deixou claro que não teria interesse em serviço de consórcio, e que só assinou o contrato por acreditar nas informações repassadas pelo seu colaborador. Informa ainda que foi orientado a confirmar algumas informações no contato telefônico recebido pela empresa CNK Administradora De Consórcio LTDA para ter o serviço que entendia ser um crédito aceito, e que receberia o referido crédito em sua conta bancária em até 8 (oito) dias.

Facultada a palavra ao preposto da empresa CNK Administradora De Consórcio LTDA, o sr. Iramar Alves Da Silva, este reitera os termos da defesa administrativa juntada anteriormente a esta audiência de conciliação, e informa que não há proposta de acordo.

Facultada a palavra a advogada da empresa Marques Promoção De Vendas LTDA, a sra. Tamara Monteiro Porto Maia, esta não oferta proposta de acordo hoje, pois o consumidor aderiu a um contrato válido, ciente de todos os seus termos, inclusive os de cancelamento, ressaltamos que desde o início, o contrato é claro sobre adesão ao regulamento de consórcio, possuindo vários trechos vedando a venda de cota contemplada, com data pré-fixada ou entrega imediata do bem, bem como é transparente a informação que se adere a um consórcio, quanto a devolução de valores deverá ser seguido as diretrizes da lei nº 11.795, onde o consorciado vai para a cota dos excluídos e terá seu valor restituído por meio de sorteio ou 30 dias após o final do grupo, com a retirada das taxas administrativas, que são previstas nos art. 5ª, §3º e art. 35 da referida lei, de modo que a ação da empresa se respalda na lei vigente neste país, bem como na boa-fé, celebrando contrato válido, com pessoa capaz e seguindo todas as diretrizes legais.

DO CONCILIADOR:

Informo que durante o ato, o preposto da empresa CNK Administradora De Consórcio LTDA não apresentou proposta de acordo para a demanda constante nos autos deste processo administrativo. O referido o preposto realizou juntada aos autos durante ato de carta de preposto, procuração, CNPJ e atos constitutivos.

Informo ainda que durante o ato, a advogada da empresa Marques Promoção De Vendas LTDA apresentou esclarecimentos sobre a demanda da parte reclamante, mas sem proposta de acordo. A referida advogada realizou juntada aos autos durante ato de procuração e CNPJ, solicitando ainda prazo para juntada de defesa administrativa.

Ante o exposto, e NÃO HAVENDO ACORDO entre as partes presentes a esta audiência de conciliação acima qualificadas, encaminho a presente reclamação ao Setor Jurídico para análise, determinação e demais atos que entender necessários.

Rua Quatro, 370 - Jereissati I
3521-5900 | 3521-5901

Segunda a quinta 08h às 12h

12h às 16h Sexta-feira 08h às 14h



PROCON

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

MARACANAÚ

Concedo ainda o prazo de até 10 (dez) dias úteis para que a empresa Marques Promoção De Vendas LTDA (Imperial Consórcio) realize juntada de defesa administrativa e demais documentos que entender necessários a serem enviados para o seguinte e-mail: audiencia_procon@maracanau.ce.gov.br

Nada mais para constar no momento, encerra-se este ato, assinando o presente termo de audiência o conciliador, a parte reclamante e os representantes das empresas reclamadas.

Documento assinado digitalmente

Maracanaú/CE, 1º de dezembro de 2025.

gov.br

ANTONIO JOSE DE VASCONCELOS SILVA

Data: 01/12/2025 10:24:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antonio José de Vasconcelos Silva

Conciliador Procon Maracanaú

Esdras da Silva Farias

Esdras Da Silva Farias (Reclamante)

Iramar Alves Da Silva

Iramar Alves Da Silva (Preposto)

CNK Administradora De Consórcio LTDA (Reclamada)

PRESENÇA VIRTUAL

Tamara Monteiro Porto Maia (Advogada)

Marques Promoção De Vendas LTDA - Imperial Consórcio (Reclamada)



Tamara Monteiro



Antônio J. de Vasconcelos Silva

PROCESSO: 2510056400100086... X

... de cumprimento, ressaltando
que desde o início, o contrato é
claro sobre adesão ao
regulamento de consórcio,
possuindo vários trechos vedando
a venda de cota contemplada,
com data pré-fixada ou entrega
imediata do bem, bem como é
transparente a informação que se
adere a um consórcio, quanto a
devolução de valores deverá ser
seguido as diretrizes da lei nº
11.795, onde o consorciado vai
para a cota dos excluídos e terá
seu valor restituído por meio de
sorteio ou 30 dias após o final do
grupo, com a retirada das taxas
administrativas, que são previstas
nos art.5ª, §3º e art. 35 da referida
lei, de modo que a ação da
empresa se respalda na lei vigente
neste país, bem como na boa-fé,
celebrando contrato valido, com
pessoa capaz e seguindo todas as
diretrizes legais.

Tamara Monteiro 10:22

T

de acordo com o termo de
audiência

Enviar uma mensagem ➤